Orçamento Cidadão

Orçamento de Estado 2017

MINISTÉRIO DAS
FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Orçamento Cidadão

Orçamento de Estado 2017

MINISTÉRIO DAS
FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Índice

Porquê um Orçamento Cidadão?

O que é o Orçamento Geral do Estado e o que está incluído no Orçamento Geral do Estado?

Como se faz, aprova, implementa e monitoriza o Orçamento Geral do Estado?

Pressupostos macroeconómicos para 2017?

O que se prevê para o PIB e a composição do PIB real (%) em 2017

O que se prevê para o défice orçamental em 2017?

Financiamento do Orçamento em 2017

Evolução da dívida pública em 2017.

De onde vem a receita do Estado e quais os impostos mais relevantes?

Onde será gasto o dinheiro dos contribuintes?

Mapa das despesas por províncias.

Que medidas para promover o crescimento da economia no OGE 2017? E ameaças?

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Porquê um Orçamento Cidadão

O que é o Orçamento Cidadão?

É uma comunicação simplificada demonstrativa dos principais aspectos do Orçamento Geral do Estado. Com o Orçamento Cidadão pretende-se explicar aos cidadãos, através de quadros e tabelas simplificados, as prioridades e decisões da política orçamental.

Qual é o objectivo do Orçamento Cidadão ?

- Permitir que o Cidadão esteja mais informado sobre o Orçamento Geral do Estado, de modo a que possa ter uma participação mais activa às questões de política orçamental;
- Comunicar as prioridades orçamentais para que os cidadãos entendam como o governo pretende arrecadar receitas e onde as irá gastar, e esclarecer como se pretende cumprir os objectivos do défice orçamental e da dívida pública;
- Melhorar a transparência e boas práticas no manejamento das contas públicas.

Como Utilizar?

Neste Orçamento Cidadão, poderá encontrar informação acessível e objectiva sobre:

1. O Processo de Orçamentação e as respetivas componentes.
2. Os Pressupostos Macroeconomias de Base Para a Elaboração do Orçamento Geral do Estado de 2017.
3. Os objectivos para o défice orçamental e a dívida pública, bem como um conjunto de outros indicadores-chave.
4. Receitas previstas e os limites autorizados para as despesas em 2017.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

O que é o Orçamento de Estado

O que é o Orçamento Geral de Estado (OGE)?
É a súmula explicativa que agrega variados documentos, remetidos sob proposta pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo para conseguinte aprovação, possuindo a força de Lei, que detalha todas as receitas e despesas do Estado previstas para um determinado período de tempo, normalmente um ano.

O que afecta?
Afecta o rendimento das famílias, os lucros das empresas, o investimento público e o privado.
Permite às famílias e às empresas formar as suas expectativas.
Clarifica as prioridades políticas do Governo e permite o controlo democrático da governação.
Enquadra legalmente a governação, garantindo uma medida de estabilidade e previsibilidade.

O que está Incluído?
O Orçamento do Estado detalha as receitas e despesas de todos os organismos da Administração Central e Locais do Estado - que inclui os serviços integrados do Estado em sentido estrito (Ministérios, Governos Provinciais), os Serviços e Fundos Autónomos da A.C. (Institutos Públicos, Entidades Reguladoras, que gozam de maior autonomia na sua gestão), da Segurança Social e dos subsídios e transferências a realizar para as Empresas Públicas.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

O que está incluído no Orçamento de Estado?

Orçamento de Estado

Estimativas de Receitas:

- Receitas Tributárias;
- Receitas Patrimoniais;
- Receitas de Serviços;
- Receitas Correntes Diversos;
- Receitas de Financiamento.

Despesas Autorizadas:

- Remuneração do Pessoal;
- Bens e Serviços;
- Transferências e Subsídios;
- Investimento Público;
- Serviço da Dívida (Amortização + Juros da Dívida).

Está incluído no Orçamento de Estado…

O Orçamento do Estado detalha as receitas e despesas de todos os organismos da Administração Central (A.C.) - que inclui os serviços integrados do Estado em sentido estrito (Ministérios), das unidades orçamentais dos órgãos da Administração Local do Estado (Provinciais) e os Serviços e Fundos Autónomos da A.C. (Institutos Públicos, Entidades Reguladoras, que gozam de maior autonomia na sua gestão) – e da Segurança Social.

Como se faz, aprova, implementa e monitoriza?

Como se faz?

O processo tem inicio com elaboração dos respectivos calendários de actividades pelos Órgãos do Sistema Orçamental , visando dar cumprimento aos prazos e acções seguintes:

Elaboração do Orçamento preliminar até ao dia 15 de Junho;
Remeter as projecções da receita própria, até 16 de Junho;
Apreciação e discussão dos Limites Preliminares de Despesa até 17 de Julho;
Solicitar ajustes internos dos Limites de Despesa fixados até 18 de Agosto;
Disponibilizar os Limites de Despesa às Unidades Orçamentais e Órgãos Dependentes até 12 de Agosto; e
Acompanhar o processo de elaboração e validar as propostas orçamentais até 9 de Setembro.

Período em que vigora a Lei

O Orçamento Geral do Estado é unitário e deve ser elaborado de modo a que todas as despesas nele previstas estejam financiadas em cada ano fiscal.

Limite para a CONTA GERAL DO ESTADO ser discutida e aprovada na Assembleia, depois de analisado parecer do Tribunal de Contas.

31 de Outubro - Limite para a entrega da Proposta de Lei do Orçamento de Estado na Assembleia Nacional.

A proposta é promulgada pelo Presidente da República, passando a constituir a LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO.

Prazo

Num prazo de 45 dias, a PROPOSTA DE LEI deve ser discutida e aprovada, com eventuais alterações, na Assembleia da República.

São publicadas SÍNTESES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, onde são registados os valores efetivos das receitas cobradas e da despesa realizada em cada período.

Limite para a entrega da CONTA GERAL DO ESTADO na Assembleia Nacional.

2016 **2017** **2018**

Como se faz, aprova, implementa e monitoriza?

Proposta de Lei do Orçamento

Lei do Orçamento
Aprovada pela Assembleia Nacional, que corresponde ao articulado da Proposta de Lei do OGE , depois de alterado de acordo com os resultados da discussão parlamentar

Orçamento Geral do Estado
Aprovada pela Assembleia

Sínteses de Execução Orçamental
Publicadas trimestralmente, apresenta dados sobre a liquidação da receita e da despesa para os vários subsectores das administrações públicas.

Conta Geral do Estado
Documento que apresenta as receitas e despesas do ano orçamental, comparando os valores orçamentados e executados.

Articulado | **Mapas Orçamentais**

Relatório do OGE

Ao Órgão Central do Sistema Orçamental compete coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração do Projecto de Orçamento Geral do Estado, bem como estabelecer as classificações orçamentais.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Como se faz, aprova, implementa e monitoriza?

Articulado

Diploma legal do Orçamento do Estado. Corresponde a um conjunto de artigos de lei, que se limitam ao "estritamente necessário para a execução da política orçamental e financeira" do ano, integrando, nomeadamente, alterações ao sistema fiscal, limites máximos para o endividamento do Estado, normas relativas à execução orçamental, entre outras matérias.

Desenvolvimentos orçamentais

Mapas do OGE que incluem as receitas e despesas dos serviços integrados e serviços e fundos autónomos de forma totalmente desagregada; e o orçamento da segurança social. Permitem um acompanhamento e fiscalização da execução do orçamento a um nível desagregado das receitas e despesas.

Mapas orçamentais

Enquadramento do Conjunto de mapas que integram o Orçamento Geral do Estado, contendo tabelas discriminadas e detalhadas das receitas e despesas dos vários organismos, utilizando diferentes metodologias de classificação.

Relatório do Orçamento do Estado

Integra os elementos que justificam a política orçamental vertida na Proposta de Lei do OGE. Descreve, entre outros, o cenário macroeconómico utilizado, as linhas gerais da política orçamental e restantes obrigações do Estado face à sociedade. Define também as prioridades políticas sectoriais de cada Ministério.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Pressupostos macroeconómicas para 2017

A importância do cenário macroeconómico
Para prever as receitas que serão arrecadadas e as despesas que terão que ser efetuadas, é necessário ter uma previsão da evolução da economia nacional, bem como da economia internacional que a condiciona.
O cenário macroeconómico constitui essa previsão, sendo assim uma componente central do OGE. Inclui as previsões quanto à conjuntura económica internacional (nomeadamente a evolução do preço do petróleo e a evolução das economias desenvolvidas) e as previsões em relação à evolução da economia nacional (incluindo o PIB, taxa de inflação e taxa de desemprego).

Crescimento do PIB
2,1% em 2017

PIB nominal (em mil milhões de kwanzas):

Global - 19.746,1
Petrolífero - 3.753,40 Não Petrolífero – 15.992,80

PIB real petrolífero: 1,8%

PIB real não petrolífero: 2,3%

Inflação: 15,8%

Taxa de Câmbio: 165,9 KZ/USD

Produção Petrolífero 664,7 (milhões de barris)
Preço do Barril de petróleo USD/barril 46,0

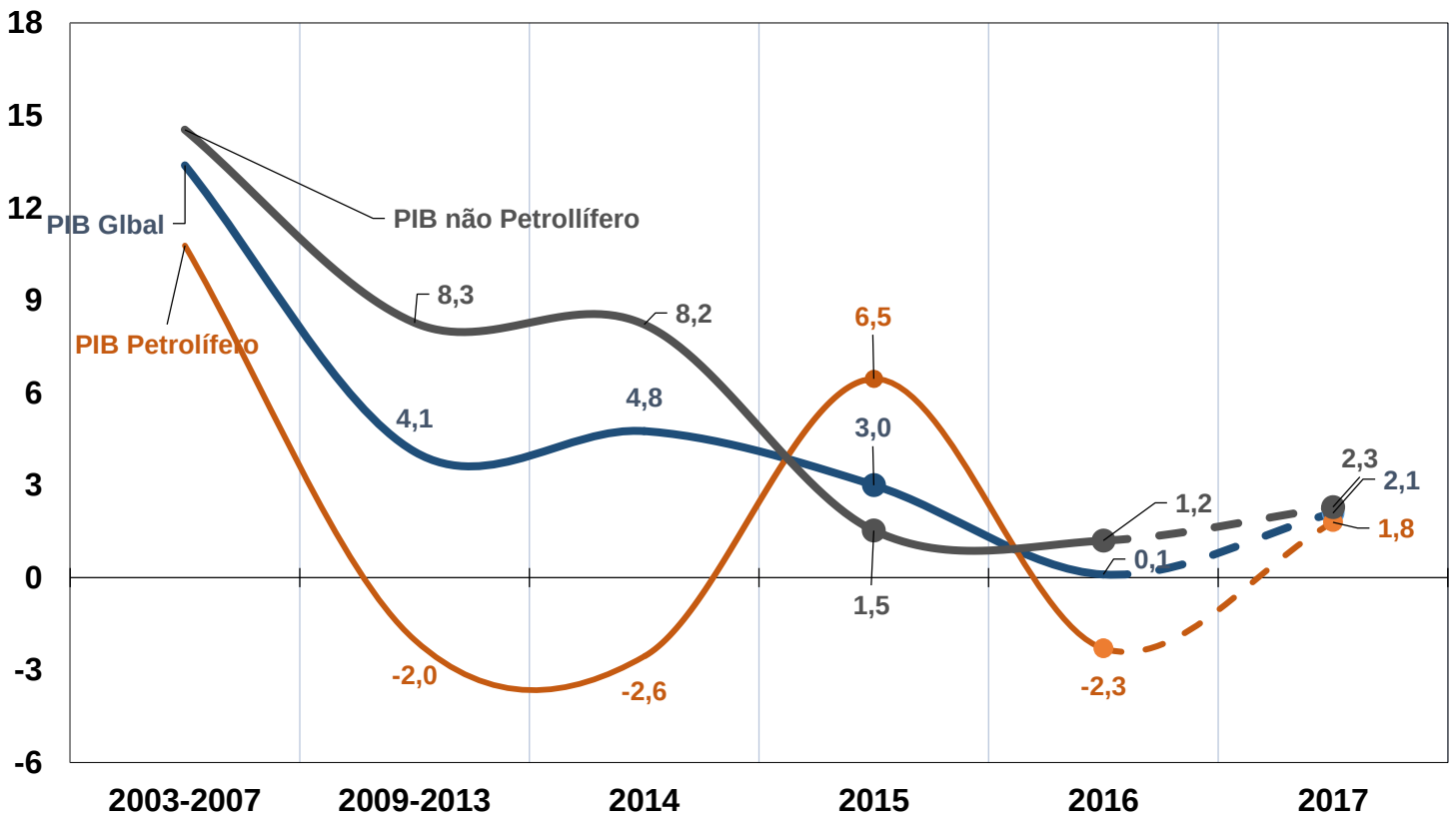
O que se prevê para o PIB em 2017?

O que é o Produto Interno Bruto (PIB)?

O Produto Interno Bruto mede a produção de bens e serviços da economia nacional, num determinado período, normalmente um ano.

Como se mede o PIB?

Pode ser calculado pela soma da Procura Interna (Consumo Privado, Consumo Público e Investimento) e da Procura Externa Líquida (Exportações menos Importações).



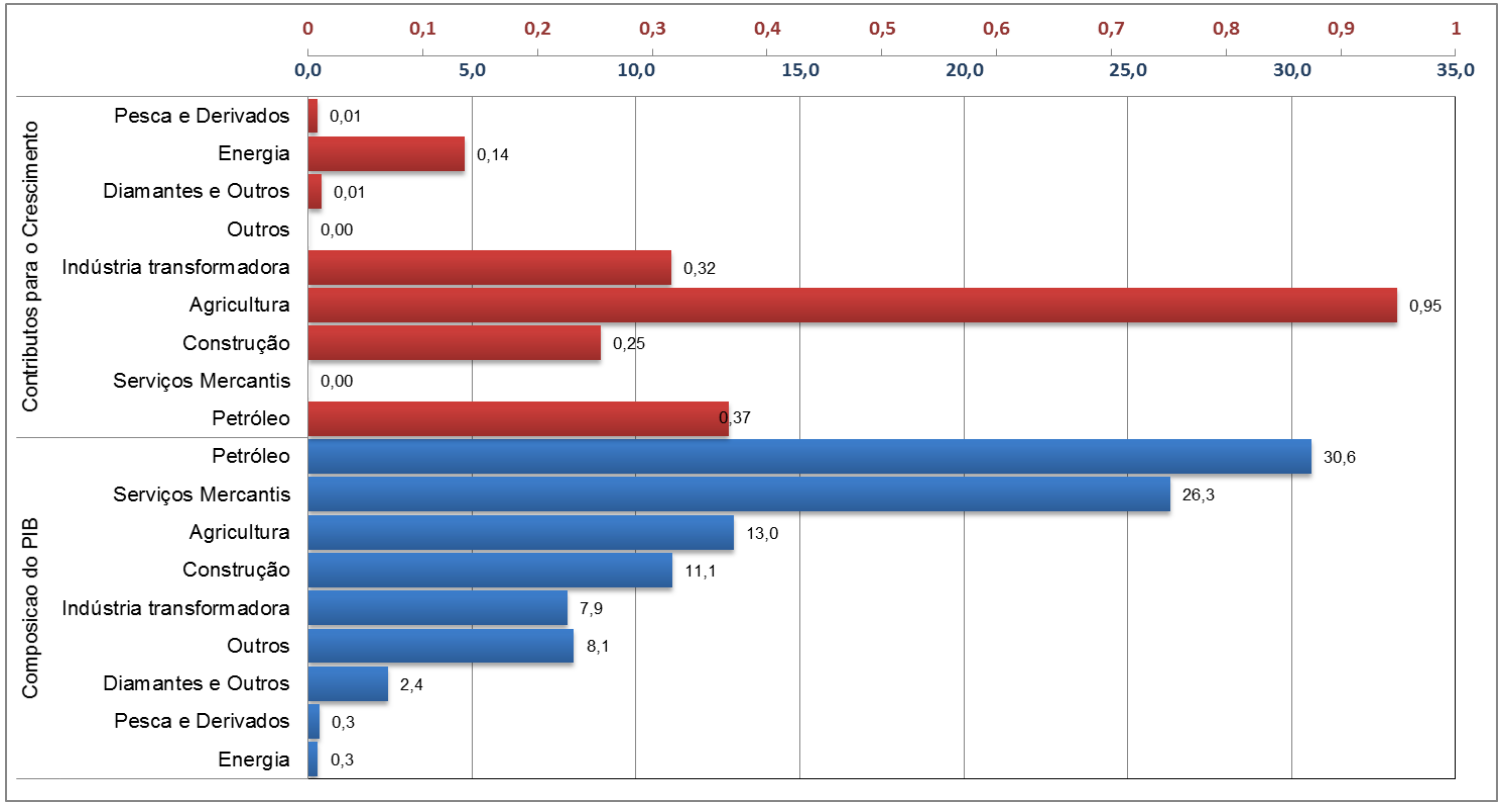
Para 2017 esta previsto um crescimento global da economia de 2,1%, sendo que, para o sector petrolífero espera-se um crescimento de cerca de 1,8% e para o sector não petrolífero 2,3% (refletindo uma melhoria de desempenho da actividade económica). O desempenho do sector não petrolífero será positivamente determinado pela crescimento esperado para os sectores da energia (40,2%), agricultura (7,3%), industria transformadora (4%) e da construção (2,3%).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Composição do PIB Real (%) em 2017?

Composição e Contribuições para o Crescimento real do PIBpm (%)

O sector petrolífero irá desacelerar em 2016, estimando-se que venha a crescer na ordem dos 0,8%, relativamente aos 6,3% verificados em 2015. Esta dinâmica do sector petrolífero deve-se a problemas técnico - operacionais que acabaram por restringir a capacidade produtiva em alguns blocos de produção tal como atrasos no arranque de alguns projectos e a redução tendencial dos volumes de investimento realizados no sector.



Para o ano de 2017, o sector da Agricultura deverá crescer a uma taxa de 7,3%, o das Pescas com uma taxa de 2,3%, o Diamantífero deverá apresentar uma taxa de crescimento de 0,5%, o Sector da Indústria Transformadora deverá apresentar um desempenho positivo de 4%, contra o crescimento negativo (-3,9%) de 2016. Por sua vez, o sector da Construção reviu as suas estimativas em baixa, para 2,3%, tendo em conta os ajustamentos fiscais do lado da despesa.
O Sector da Energia deverá registar um crescimento de cerca de 40,2%, Para os Sectores dos Serviços Mercantis, bem como o Sector Público Administrativo, espera-se estagnação.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

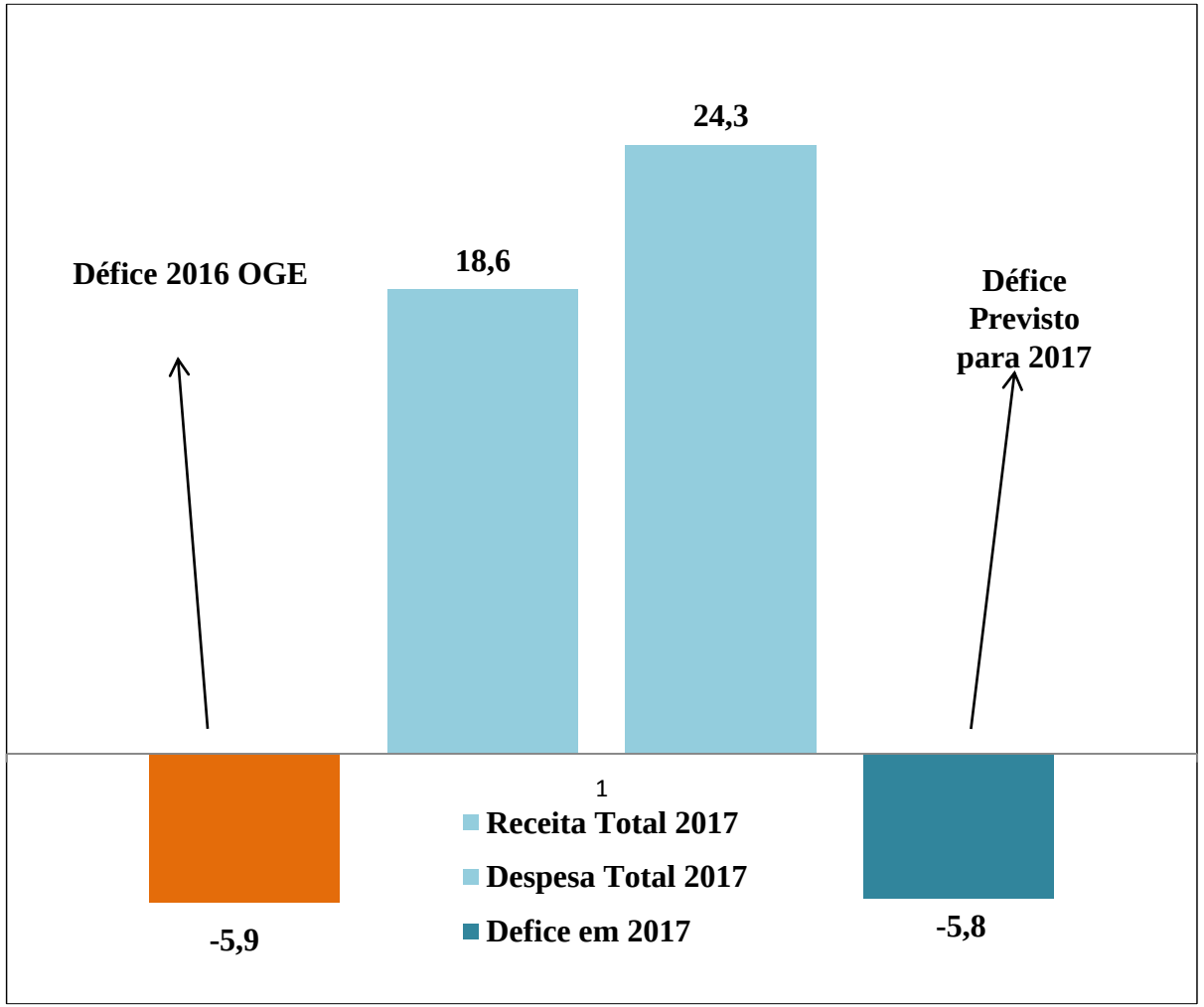
O que se prevê para o défice orçamental em 2017?

Saldo Orçamental e Saldo Primário: de que se trata?

Quando as receitas cobradas são inferiores às despesas efetuadas o saldo orçamental é negativo pelo que há um défice orçamental o qual tem que ser coberto por endividamento (empréstimos ou emissão de títulos de dívida), contribuindo negativamente para a evolução da dívida pública.

Os juros da dívida pública são uma das componentes da despesa. Se ao total das despesas se retirar a rubrica de juros obtém-se a **despesa primária**; o **saldo primário** resulta da diferença entre as receitas total e a despesa primária do ano. O termo "primário" dá uma ideia dos valores que essas variáveis teriam se não houvesse lugar a pagamento de juros ou, dito de outra forma, se não existisse dívida anteriormente contraída.

Em percentagem do PIB



Financiamento do Orçamento em 2017?

A proposta do Orçamento Geral do Estado para 2017 comporta receitas estimadas em Kz: 7.390,04 mil milhões e despesas fixadas em igual montante para o mesmo período. As tabelas abaixo apresentam o Programa de Recursos para o Financiamento do OGE, consagrando fontes fiscais, parafiscal, patrimonial e de endividamento público, bem como, a estrutura de aplicação dos recursos do OGE.

Plano de Financiamento do OGE

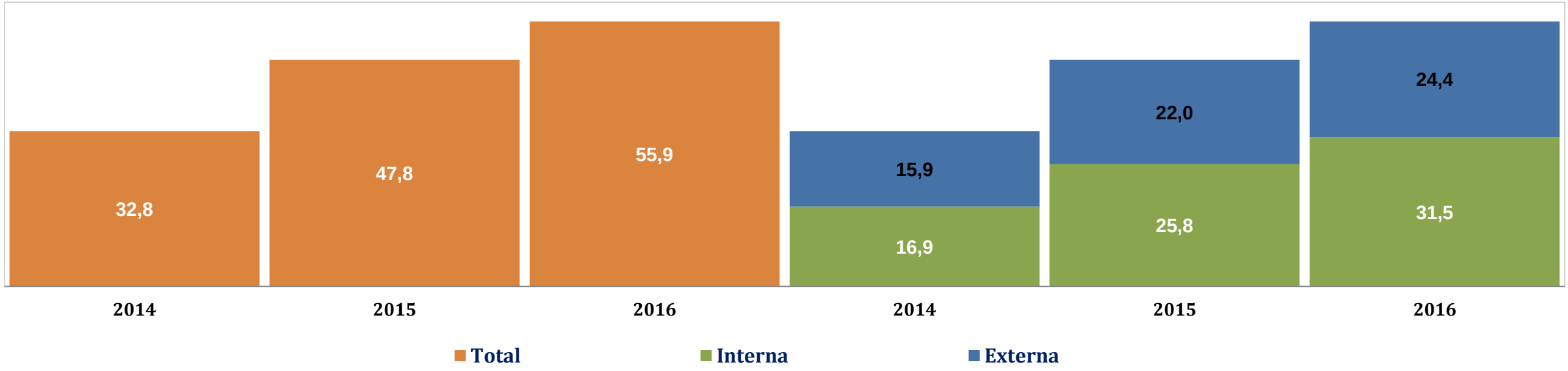
	Descrição	Kz Mil Milhões		*percentagem do total*
		OGE USD 46	%PIB	
1.	Receitas Fiscais	3 667,82	18,57	49,6%
1.1	Impostos	3 404,04	17,24	46,1%
1.1.1	Petrolíferos	1 695,46	8,59	22,9%
1.1.2	Não Petrolíferos	1 708,59	8,65	23,1%
1.2	Contribuições Sociais	172,86	0,88	2,3%
1.3	Outras	90,91	0,46	1,2%
2.	Receita Patrimonial	497,6	2,5	6,7%
3.	Receita de Endividamento	3 224,59	16,33	43,6%
3.1	Interno	1 660,17	8,41	22,5%
3.2	Externo	1 564,42	7,92	21,2%
4	Total	7 390,0	37,43	100%

Estrutura da Aplicação de Recursos no OGE

	Descrição	Kz Mil Milhões		*percentagem do total*
		OGE USD 46	%PIB	
1.	Custo com Pessoal	1 613,8	8,2	21,84%
1.1	*Dos quais: Vencimentos*	*1 513,4*	*7,7*	*20,48%*
2.	Bens e Serviços	1 034,8	5,2	14,00%
3.	Juros	484,2	2,5	6,55%
3.1	Interno	261,9	1,3	3,54%
3.2	Externo	222,3	1,1	3,01%
3.	Transferências	680,0	3,4	9,20%
3.1	*Dos quais: Subsídios*	*291,9*	*1,5*	*3,95%*
4.	Aquisição de Activos Não Finan.	994,9	5,0	13,46%
5.	Amortização da Dívida	2 197,1	11,1	29,73%
5.1	Interna	1 622,4	8,2	21,95%
5.2	Externa	574,7	2,9	7,78%
6.	Outras Aplicações Financeiras	385,2	2,0	5,21%
7	Total	7 390,0	37,43	100,0%

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Evolução da Dívida Pública em 2017?



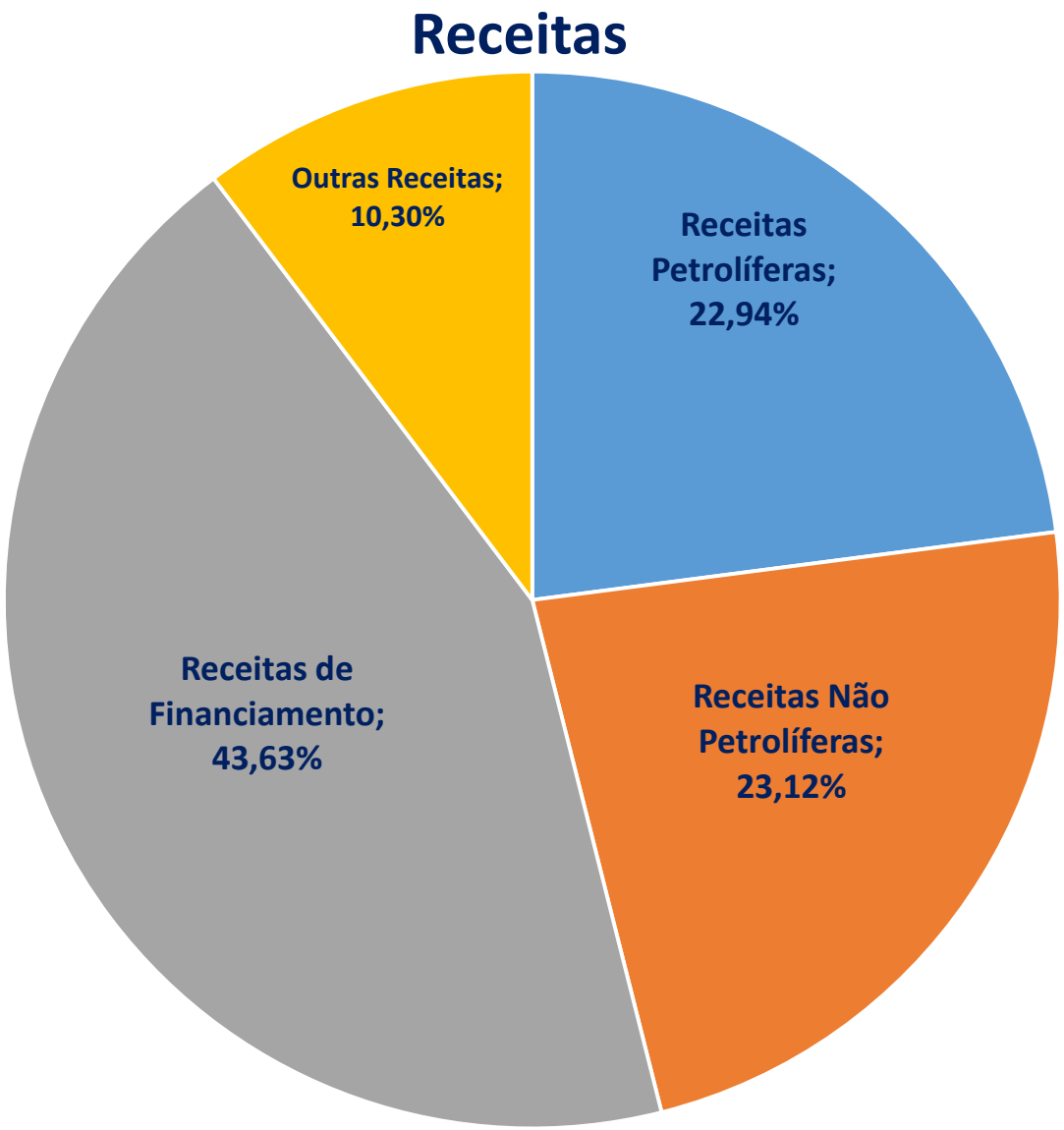
O défice, a dívida e a necessidade de recorrer aos mercados?

- Em 2017 a dívida pública irá aumentar pois há necessidades de financiamento (NF) adicionais de 3.337,02 mil milhões de AKZ, que resultam do défice público do ano (1.139,93 mil milhões de AKZ) e outras necessidades de financiamento (sobretudo aquisição de activos financeiros) a que se subtraem as receitas de privatizações.
- Mas o Estado necessita também de se financiar para amortizar, isto é, reembolsar, os títulos da dívida que vencem nesse ano e que serão de 2.197,09 milhões AKZ.
- Para se financiar, o Estado, em condições normais, recorre apenas ao mercado (por exemplo através da emissão de Obrigações do Tesouro ou Bilhetes do Tesouro, e de títulos de dívida destinados às famílias, como os Certificados de Aforro ou os Certificados do Tesouro).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

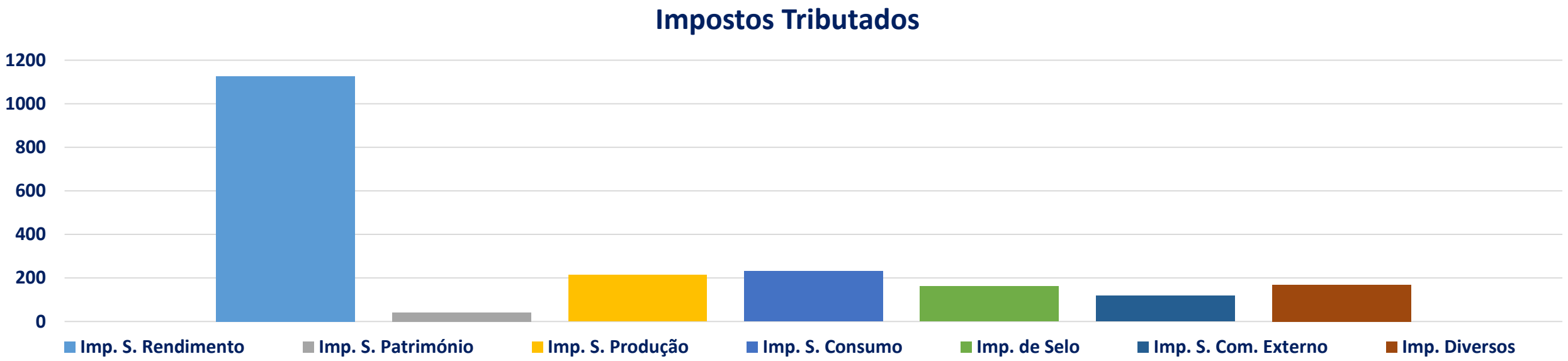
De onde vem a receita do Estado?

- As principais fontes de receita pública do Orçamento Geral do Estado são a receita fiscal, as contribuições para a segurança social pagas pelas entidades empregadores (8% do salario bruto) e pelos trabalhadores (3% do salario bruto, as receitas), e doações.
- No topo do valor das receitas fiscais estão os impostos directo (impostos sobre o rendimento e outros) e os indirectos (imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos, de selo, de consumo e outros).
- Seguem-se as contribuições sociais que são realizadas quer pelas entidades patronais, quer pelos trabalhadores.
- Para além das receitas fiscais, as receitas não fiscais são vendas de bens e serviços públicos, taxas, multas, etc. (outras receitas correntes).



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Quais os impostos mais relevantes?



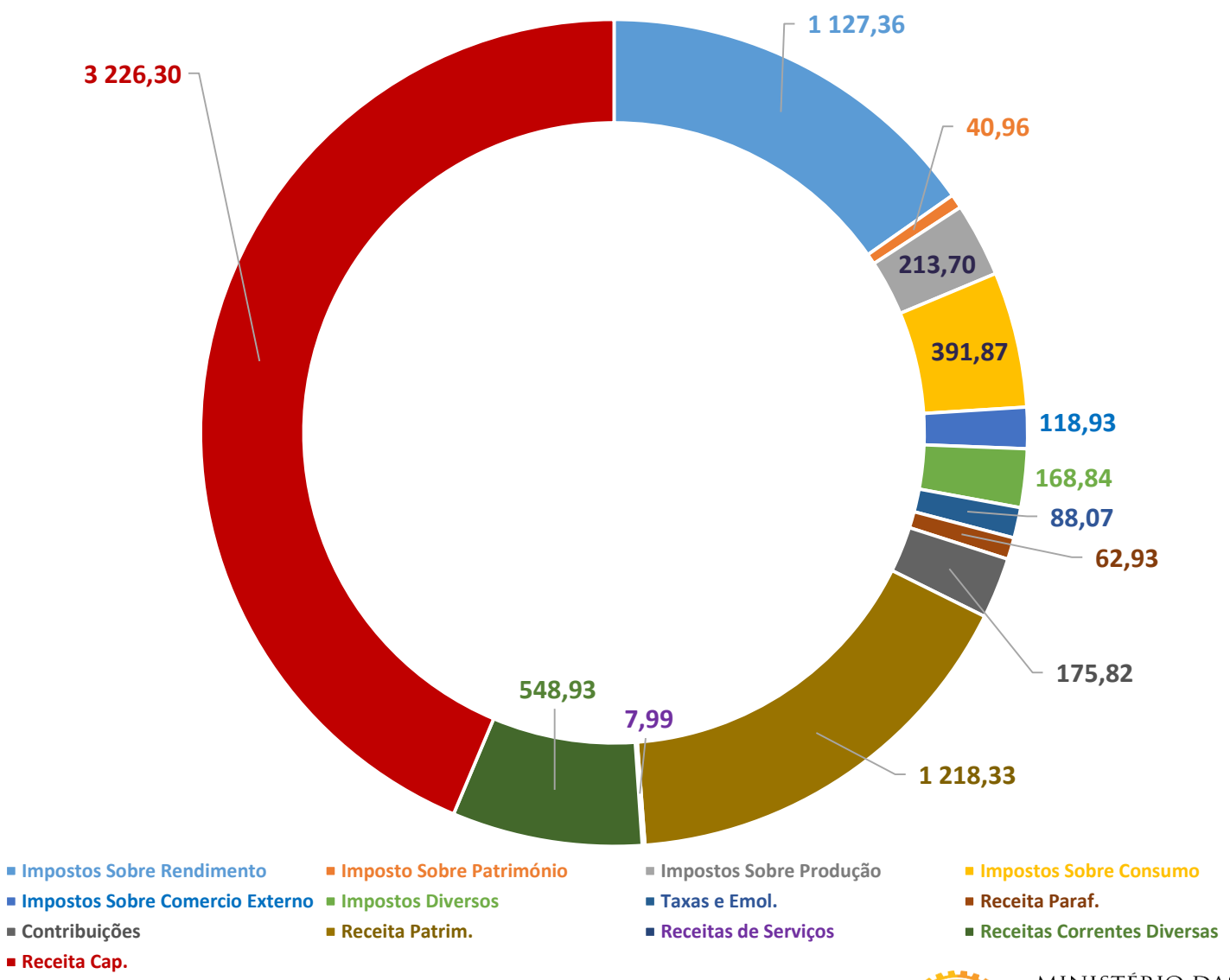
- Podemos dividir a nossa gama de impostos da seguinte forma: Impostos sobre o rendimento, dos quais: impostos sobre o rendimento do trabalho por conta de outrem, imposto sobre o rendimento do petróleo e imposto industrial.
- Por sua vez, no que consta ao Imposto sobre o Património, temos: imposto predial urbano e o imposto sobre sucessões e doações.
- Relativamente ao imposto sobre a Produção, de realçar o imposto sobre a produção petrolífera e sobre a produção diamantífera.
- Por último, o Imposto sobre o Consumo, nos quais realçamos o imposto sobre o consumo de bens, sobre o consumo de serviços e outos.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Qual a receita estimada para OGE 2017?

- A previsão das receitas tem sempre algum grau de incerteza, dependendo da evolução da atividade económica.

Fluxos de Receita (OGE) 7.390,05 Mil Milhões de Kwanzas



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

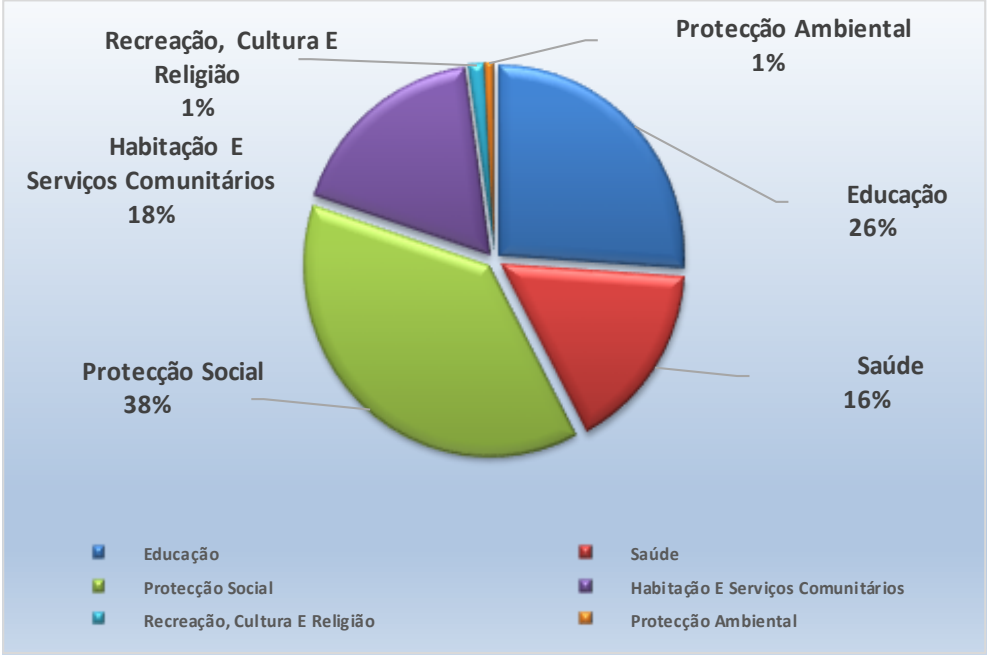
Onde será gasto o dinheiro dos contribuintes?

Como podemos interpretar a despesa pública (7.390,0 mil milhões de AKZ)?

- Aqui apresenta-se a despesa do Estado naquilo a que se chama a "óptica funcional", isto é, classificada em termos dos grandes domínios de intervenção do Estado: a que funções do Estado é dada prioridade na alocação dos recursos públicos?
- Aproximadamente 62,3% das despesas pública (excluídas as operações de financiamento) destinam-se a cobertura de despesas como sector social e sector público geral.
- A anatomia interna da despesa como sector social traduz-se no seguinte: 9,9% correspondem às Despesas com a Educação; 6,2% às Despesas com a Saúde; 14,4% para a Protecção Social; 6,7% para Habitação e Serviços Comunitários; 0,6% às para Recreação, Cultura e Religião; e 0,3% às para Protecção Ambiental.
- As despesas com o sector público geral representam cerca de 24,3% do total.

Como podemos interpretar a despesa com o sector social?

- O gráfico a baixo apresenta a anatomia do sector social.



Alocação Das Despesas (mil milhões)

Administração Central = 5.900,85 AKZ;
Administração Local = 1373,42 AKZ;
Segurança Social = 100,4 AKZ;
Outras = 15,37 AKZ.

Distribuição Da Despesa Por Programas

Valor em mil milhões de Kwanzas

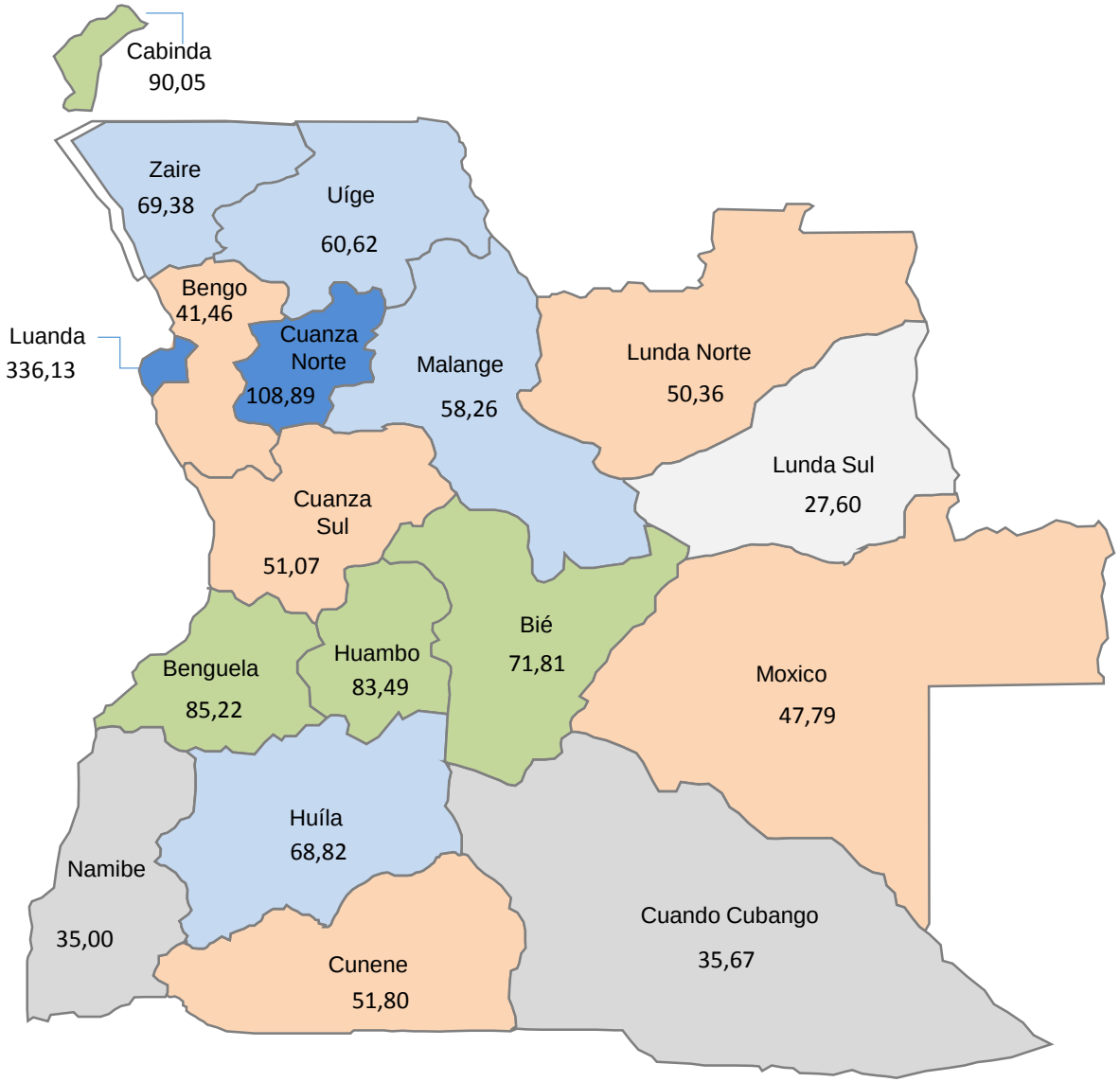
Sector Social		Sector Economico		Sector Público Geral	
Programa	Valor	Programa	Valor	Programa	Valor
56	257,1	25	433,2	35	875,8
Dos Quais destacamos:		*Dos Quais destacamos:*		*Dos Quais destacamos:*	
Programas		Programas		Programas	
Saude	9	Acropecuaria	7	Infra. S. Tranport.	5
Educação	12	Industra	4	Infra. S. E. e Água	4
Protecção Social	19	Fomento Económico	12	Infra. Telecomu.	5
P. Juventode	3	Turismo	2	Infra. Admin.	12
Outros	13			Outros	9

Mapa da despesa por província em 2017

- A previsão da receita fiscal tem sempre algum grau de incerteza, dependendo da evolução da atividade económica.

Despesa por província em 2017

A despesa, para 2016 está centrada maioritariamente na província de Luanda, estando de seguida as províncias de Benguela, Malange e Huambo. No entanto, observa-se que as despesa em províncias como Uíge, Cuanza Norte, Bié, e Huíla ganham cada vez mais importância, o que espelhando a dinâmica do executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.

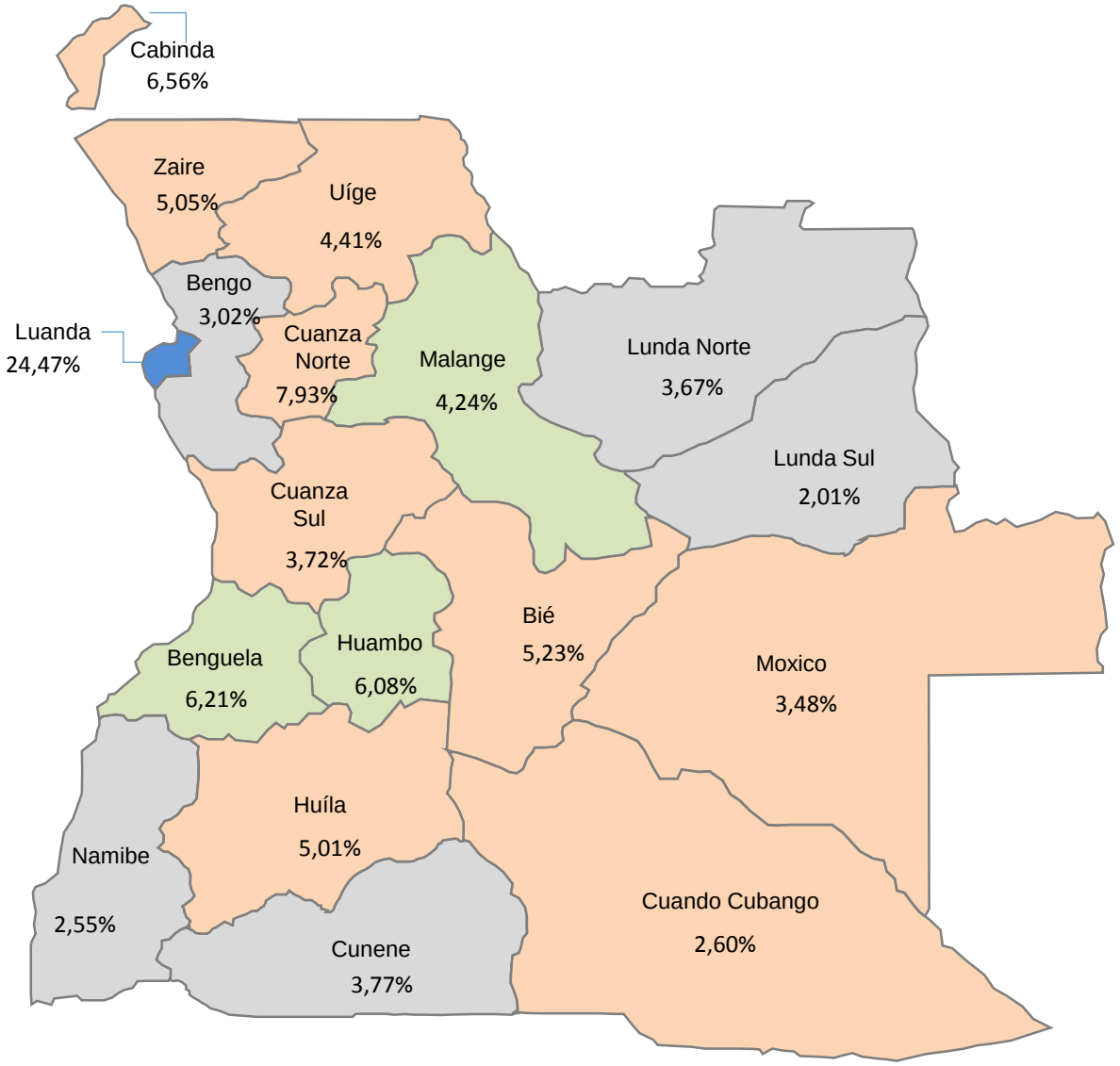


MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

Mapa da despesa em % por província em 2017

- A previsão da receita fiscal tem sempre algum grau de incerteza, dependendo da evolução da atividade económica.

Despesa em percentagem por província em 2017
A despesa, para 2016 está centrada maioritariamente na província de Luanda, estando de seguida as províncias de Benguela, Malange e Huambo. No entanto, observa-se que as despesa em províncias como Uíge, Cuanza Norte, Bié, e Huíla ganham cada vez mais importância, o que espelhando a dinâmica do executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA

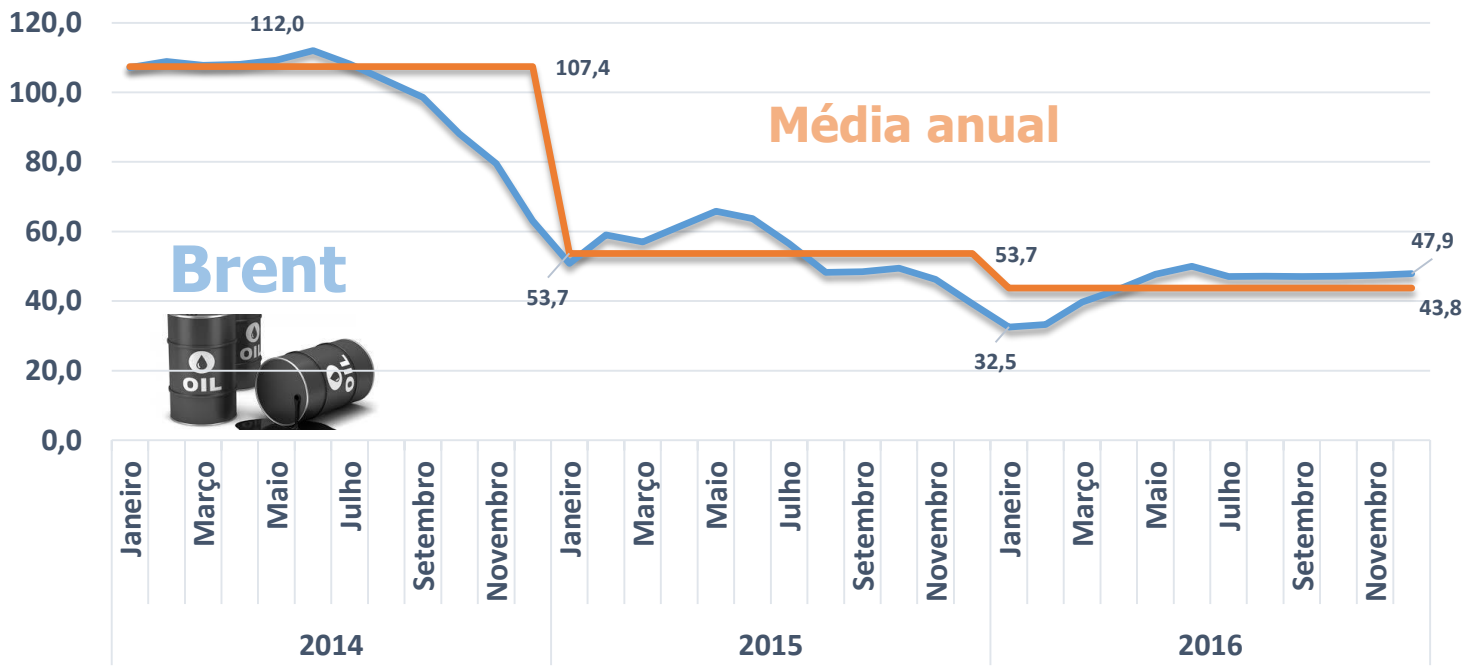
Que medidas para promover o crescimento da economia no OGE 2017? E ameaças?

Medidas

- Reforma fiscal e tributária;
- Redução e eliminação dos subsídios;
- Subsídios fiscais, financeiros e técnicos ao empresariado;
- Contínua aposta na diversificação da economia;
- Contínua aposta na exportação petrolífera e não petrolífera;
- Simplificar a estrutura de investimento privado;
- Medidas de apoio para a criação e fomento do emprego;
- Redução da dependência do sector extractivo.
- Expansão da Administração Pública;
- Redução do défice energético;
- Diversificação das fontes internas e externas de financaimento

Petróleo

- O mercado mundial petrolífero atravessa um novo normal. Se em Junho de 2014 o preço médio do barril brent era de US$ 112, no início de 2016 atingiu uma cifra inferior a US$ 30. Este facto levou a redução das receitas por parte do Estado Angolano. Por sua vez as empresas alocadas ao sector reduziram fortemente os seus investimentos (segundo a Agência Internacional de Energia, houve uma redução aproximadamente de 25% em 2015 e de 17% em 2016)



Onde encontrar mais informação

http://www.minfin.gv.ao/

http://www.bna.ao/

http://www.agt.minfin.gov.ao/

http://www.ugd.minfin.gv.ao/

http://www.parlamento.ao/

Muito Agradecido

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
REPÚBLICA DE ANGOLA